



MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA: CULTURA HISTÓRICA E FORMAÇÃO NACIONAL EM O BRASIL NA AMÉRICA E POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL

Luiz Carlos Bento¹

Resumo: Este texto busca problematizar a partir da historiografia produzida nas primeiras décadas do século XX a busca pela formulação de uma identidade nacional com base na análise dos ensaios históricos produzidos por Manoel Bomfim e Oliveira Viana. Suas obras produzidas dentro de um mesmo recorte espacial e temporal apresentam dois projetos de sociedade profundamente antagônicos, sinalizando para a pluralidade de perspectivas políticas que compunham a cultura histórica das primeiras décadas do século XX. Suas narrativas sobre o Brasil são respostas possíveis para pensar a crise do modelo republicano que havia instituído um modelo de “democracia sem cidadania”, mantendo grande contingente da população brasileira marginalizada e privada da possibilidade de acesso à cidadania, bem como a excluída do processo político.

Este texto apresenta algumas considerações de pesquisa e problematiza a partir da historiografia produzida nas primeiras décadas do século XX o projeto de identidade nacional produzido pela elite intelectual do período, tendo como fonte os ensaios históricos produzidos por Manoel Bomfim e Oliveira Viana. Suas obras apresentam dois projetos de sociedade profundamente antagônicos, sinalizando para a pluralidade de perspectivas políticas que compunham a cultura histórica das primeiras décadas do século XX. Como um contraponto conservador ao pensamento de Manoel Bomfim que buscou desenvolver um pensamento nacionalista antirracista e democrático, o pensamento de Viana apresenta de forma quase emoldurada a imagem que as elites fizeram de si mesmas e do Brasil, no intuito de consolidar uma visão histórica sobre o país que teve ressonância direta em produções intelectuais posteriores e em projetos políticos, como o Estado Novo de 1937 e o golpe militar de 1964.

Entre Bomfim e Oliveira Viana há um conflito de representações que se revela na reflexão acerca do processo de formação da sociedade brasileira. Embora fossem contemporâneos, os autores apresentaram alternativas históricas completamente díspares, mas que conservam entre si temáticas comuns; ambos buscaram em suas obras, publicadas, sobretudo na década de 1920, analisar, em um contexto marcado pela crise da república liberal, a formação da nação e de sua identidade. Intérpretes de Viana, como José Honório Rodrigues (1988) Maria Stella Martins Bresciani (2002) e José

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG e professor adjunto de Teoria da História e Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS/CPCX.



Carlos Reis (2006), apresentam-no como um intelectual polígrafo, produtor de vasta obra, nas quais abordou temas variegados, que perpassavam diversas áreas, como a antropologia, a história, a sociologia política, a psicologia social e o direito².

Sua obra inaugural – e a mais relevante para os objetivos desta pesquisa –, *Populações meridionais do Brasil*, teve o seu primeiro volume publicado em 1920. Nela, Viana expõe algumas das principais ideias que desenvolveria posteriormente em outras obras, apresentando um conjunto de referenciais teórico-metodológicos que permaneceria como influência constante em seu pensamento. Na obra supracitada, o autor irá apoiar-se em teses sociológicas amplamente difundidas em seu tempo, mas já rejeitadas por Bomfim desde 1905, sobre a determinação do meio geográfico e do caráter racial na formação das características definidoras das sociedades humanas.

O pensamento social desse pesquisador se inscreve na tradição do pensamento nacionalista autoritário brasileiro, cujas raízes estão ligadas à política imperial. Oliveira Viana foi filho ilustre de Palmital do Saquarema, no estado do Rio de Janeiro, terra natal de grandes nomes do pensamento político brasileiro, como Joaquim José Rodrigues Torres – o Visconde de Itaboraí – e Alberto Torres, notadamente marcados por suas vinculações com o partido conservador do Império, bem como pelas tendências autoritárias em suas ações políticas e produções intelectuais. A obra de Viana é, portanto, profundamente marcada por uma tendência de valorização da sociedade rural latifundiária brasileira, denotando certo interesse na conservação das estruturas sociais

² Em relação à vasta produção de Oliveira Viana, após a publicação de *Populações meridionais do Brasil*, obra que lança as bases conceituais fundamentais de sua reflexão histórica sobre o Brasil, seguiram-se *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), *Evolução do povo brasileiro* (1923), *O ocaso do Império* (1925) – obra de cunho eminentemente historiográfico, publicada em um momento marcado pela rememoração da memória da monarquia no Brasil –, *O idealismo da Constituição* (1927), *Problemas de política objetiva* (1930), *Raça e assimilação* (1932), *Problemas de direito corporativo* (1938), *Instituições políticas brasileiras* (1949) – obra que é entendida por alguns de seus comentadores, como José Honório Rodrigues e José Carlos Reis, como exercício de síntese conclusiva de suas ideias apresentadas nas obras anteriores, pensando suas teses com base nas críticas produzidas no pensamento social brasileiro sobre sua obra, mas reafirmando, de maneira conclusiva, suas teses básicas sobre o Brasil presentes desde *Populações meridionais do Brasil* –, *Direito do trabalho e organização e problemas de direção* (1952), *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil* (1958), *História social da economia capitalista no Brasil* (1988) e *Ensaios inéditos* (1991), publicados postumamente. As amplitudes, bem como a longevidade de suas obras, demonstram que suas ideias foram recepcionadas pelas elites brasileiras como uma representação fiel do papel exercido por elas na condução da política nacional.



herdadas do passado e entendendo-as, desse modo, como elementos definidores da identidade brasileira.

O pensamento de Viana insere-se em uma tradição do pensamento político conservador brasileiro, que tem como característica a produção de uma representação das elites agrárias como referência da ordem social constituída na Primeira República, bem como uma indisposição e desconfiança na capacidade de mobilização política das massas (camponeses, operários, indígenas escravos e mestiços) como sujeitos políticos. Disso resulta seu claro posicionamento em defesa de um Estado forte e centralizado que fosse capaz de se impor nacionalmente e de tomar para si a responsabilidade de reorganizar a sociedade brasileira. Em suma, o pensamento conservador desconfia da capacidade de autogerenciamento das massas brasileiras em função de sua aceitação do determinismo racial e geográfico como elementos definidores das características sociais dos grupos humanos.

Os horizontes de expectativas divisados pelos dois autores também apontam para perspectivas de desenvolvimento sociais completamente diferentes, ainda que ambos compartilhem o mesmo espaço de experiência; ou seja, suas narrativas históricas sobre o Brasil são respostas possíveis para pensar a crise do modelo republicano que havia instituído um modelo de “democracia sem cidadania”, a qual constitucionalmente assegurava à população seus direitos civis e políticos, mas que, ao mesmo tempo, mantinha grande contingente da população brasileira marginalizada e eivada da possibilidade de acesso à cidadania, bem como a excluía do processo político. Características marcantes que ainda estão presentes nesse início de século e que podem ser percebidas ao olharmos para as mazelas da sociedade brasileira, o que sinaliza para a longa duração destas questões na vida social e política nacional.

Esse diagnóstico, presente tanto no pensamento de Bomfim quanto no de Viana, é um dos elementos que os impulsionaram em suas incursões ao passado brasileiro. O sociólogo de Saquarema empreende essa jornada movido pelo esforço de demonstrar a inviabilidade do regime democrático no país; já o que move o pensador sergipano a fazer essa mesma incursão é o interesse oposto: demonstrar que as organizações autônomas dos colonos constituídas historicamente desde a negação do domínio



português, no século XVIII, apontam para a democracia como tendência que definiria historicamente o sentido do desenvolvimento nacional.

Essa intertextualidade às avessas, que pretendemos demonstrar de forma mais aprofundada ao longo da pesquisa, que conforme sinalizado anteriormente - encontra-se em faz inicial de desenvolvimento- pode ser evidenciada por meio de uma análise mais pormenorizada das temáticas das obras em questão, bem como pelos referenciais teóricos empregados pelos autores para auferirem legitimidade a suas teses sobre a formação histórica da sociedade e da identidade brasileira.

Nessa perspectiva, a obra *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929) é pensada e organizada como uma resposta às teses de Viana apresentadas em *Populações meridionais do Brasil* (1920) e em *Evolução do povo brasileiro* (1923), enquanto as duas últimas obras de sua trilogia historiográfica – *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política e O Brasil Nação: a realidade da soberania brasileira* – são organizadas como respostas às comemorações do centenário da independência produzidas pelo IHGB, que consolidaram uma memória histórica elogiosa em relação ao papel das elites imperiais e que encontram, em *O Ocaso do Império*, de Oliveira Viana, uma de suas mais elaboradas sistematizações.

Suas narrativas históricas sobre o Brasil são respostas possíveis para pensar a crise do modelo republicano que havia instituído um modelo de “democracia sem cidadania”, mantendo grande contingente da população brasileira marginalizada e eivada da possibilidade de acesso à cidadania, bem como excluída do processo político. Dessa forma buscamos compreender o pensamento histórico de Manoel Bomfim, buscando demarcar e apreender o campo historiográfico em que foram produzidas as obras; *O Brasil na América e o Brasil Nação*, buscando identificar em Manoel Bomfim uma reflexão sistemática sobre a história aproximando-o e distinguindo-o criticamente em relação à história produzida por diversos autores de seu tempo, com especial ênfase para Oliveira Viana e suas obras *Populações meridionais do Brasil e o Ocaso do Império*.

Dessa forma pretendemos através de suas obras, localizar nos escombros do passado os arquétipos mentais sob os quais esses intelectuais construíram suas reflexões



historiográficas acerca do passado brasileiro, fixando sempre o nosso olhar nas formas como Bomfim e Viana conceituam a história em todas as suas dimensões. Buscando entender a partir destas categorias suas interpretações sobre a política, a história, a memória, a educação e a cultura brasileira.

No projeto historiográfico de Bomfim, o Brasil é apresentado como uma nação constituída desde o período colonial por um processo dialético de prolongamento e, ao mesmo tempo, de negação da metrópole, atingindo a sua idade de ouro no século XVII. A primeira obra de sua trilogia distingue-se, em muitos aspectos, em relação a sua obra inaugural. Nela sua crítica ao colonialismo é bem menos veemente que em *América Latina*, bem como sua leitura do papel do português na formação histórica da nação brasileira, o que torna *O Brasil na América* a sua obra menos antilusitana.

Na obra em questão, seu objetivo é pensar a especificidade da formação brasileira em relação aos demais países latino-americanos; contudo, ao contrário do que havia proposto em *América Latina*, sua ênfase não está mais na análise dos processos análogos do colonialismo ibérico que legariam heranças históricas comuns às novas nacionalidades americanas, mas, sim, na singularidade da formação brasileira, estabelecendo particularidades e diferenças.

Nas primeiras páginas da obra, o termo “América Latina” é colocado em xeque, sendo apresentado como um estratagema ideológico que mais complica do que esclarece, pois refere-se, de forma generalizada, em um mesmo conceito, a nacionalidades que, embora tivessem passado por experiências históricas até certo ponto análogas ao colonialismo ibérico, eram plenamente distintas. Em sua perspectiva, o termo serviria apenas como indicativo de localização geográfica para essas novas nacionalidades, não podendo ser elevado ao postulado de uma identidade geral que fosse comum aos países dessa região, pois, para ele, existiam mais diferenças entre os países neoibéricos do que entre as metrópoles colonizadoras³.

³ Prefaciando a segunda edição da terceira obra da trilogia historiográfica de Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar (1996) vai chamar atenção para o fato de que ele tinha consciência de que o uso generalizado do termo América Latina não passava de um “ardil ideológico das elites, que, associadas aos interesses neocoloniais das ex-metrópoles europeias, procuravam igualar nações heterogêneas, de modo a amesquinhá-las como unidades nacionais soberanas”. In. AGUIAR, Ronaldo Conde. *Um livro admirável: prefácio à 2ª edição de O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 25.



A tese de Bomfim sustentada ao longo da obra é a de que o processo de constituição da identidade nacional brasileira é único em toda a América. Tal processo é apresentado como uma verdadeira epopeia recheada de heroísmos, pois, para ele, uma identidade nacional havia surgido nos primeiros séculos de colonização em meio a lutas pela defesa do território frente a franceses, ingleses e, sobretudo, holandeses. Segundo suas palavras, o Brasil foi a única colônia a

[r]esistir com seus próprios recursos a invasores estrangeiros; foi a única a crescer por seus próprios meios; foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos (BOMFIM, 1997, p. 35).

Seu interesse é pensar o processo de caldeamento, não só de raças, mas também das tradições que formaram o Brasil colonial, apresentando os agentes sociais que teriam contribuído para a formação de uma identidade nacional, precoce e única em toda a América. As teses e argumentações apresentadas na obra dialogam com o contexto intelectual dos anos 1920 e são movidas pelo interesse de pensar a questão nacional, fato que leva Maria Thétis Nunes (1997) a considerar Bomfim e a obra *O Brasil na América* pioneiros de uma ideologia nacional que mergulha profundamente no passado colonial brasileiro e hispano-americano, pinçando similaridades e distinções do colonialismo e apontando marcas sociais, econômicas e políticas que permaneceram de forma estrutural nessas novas sociedades como heranças desse processo.

O processo de formação da nacionalidade brasileira é narrado por Bomfim partindo de um quadro geral, no qual se vislumbram características comuns entre o Brasil e as demais nações latino-americanas. Ao longo de seu texto, as nações que se formaram nessa parte do globo são apresentadas como personagens que protagonizaram de formas diferentes uma mesma tragédia, que seria a experiência da colonização empreendida pelos países ibéricos.

Bomfim não enxergava heranças positivas nesse processo; pelo contrário, sua narrativa enfatiza a dinâmica violenta, depredadora e espoliativa dessa empresa sob a qual nasceram às nações neoibéricas e em relação à qual elas devem ser pensadas para que se compreendam os verdadeiros males da formação social dessas nacionalidades. Segundo sua interpretação, essas nações apresentaram-se à modernidade desprovidas de



condições mínimas para se adequarem às necessidades dos novos tempos; contudo, segundo ele, tal situação não derivava de condições de meio ou raça, mas, sim, de seus antecedentes históricos. Bomfim busca demonstrar que a escolha por implantar e manter as estruturas básicas do colonialismo foi uma opção civilizacional equivocada, que trouxe problemas para o desenvolvimento futuro dessas nações.

No projeto historiográfico de Bomfim, o Brasil é apresentado como uma nação constituída desde o período colonial por um processo dialético de prolongamento e, ao mesmo tempo, de negação da metrópole, atingindo a sua idade de ouro no século XVII. A primeira obra de sua trilogia distingue-se, em muitos aspectos, em relação a sua obra inaugural. Nela sua crítica ao colonialismo é bem menos veemente que em *América Latina*, bem como sua leitura do papel do português na formação histórica da nação brasileira, o que torna *O Brasil na América* a sua obra menos antilusitana.

Na obra em questão, seu objetivo é pensar a especificidade da formação brasileira em relação aos demais países latino-americanos; contudo, ao contrário do que havia proposto em *América Latina*, sua ênfase não está mais na análise dos processos análogos do colonialismo ibérico que legariam heranças históricas comuns às novas nacionalidades americanas, mas, sim, na singularidade da formação brasileira, estabelecendo particularidades e diferenças.

Nas primeiras páginas da obra, o termo “América Latina” é colocado em xeque, sendo apresentado como um estratagema ideológico que mais complica do que esclarece, pois refere-se, de forma generalizada, em um mesmo conceito, a nacionalidades que, embora tivessem passado por experiências históricas até certo ponto análogas ao colonialismo ibérico, eram plenamente distintas. Em sua perspectiva, o termo serviria apenas como indicativo de localização geográfica para essas novas nacionalidades, não podendo ser elevado ao postulado de uma identidade geral que fosse comum aos países dessa região, pois, para ele, existiam mais diferenças entre os países neobéricos do que entre as metrópoles colonizadoras⁴.

⁴ Prefaciando a segunda edição da terceira obra da trilogia historiográfica de Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar (1996) vai chamar atenção para o fato de que ele tinha consciência de que o uso generalizado do termo América Latina não passava de um “ardil ideológico das elites, que, associadas aos interesses neocoloniais das ex-metrópoles europeias, procuravam igualar nações heterogêneas, de modo a amesquinhá-las como unidades nacionais soberanas”. In. AGUIAR, Ronaldo Conde. *Um livro admirável*:



A tese de Bomfim sustentada ao longo da obra é a de que o processo de constituição da identidade nacional brasileira é único em toda a América. Tal processo é apresentado como uma verdadeira epopeia recheada de heroísmos, pois, para ele, uma identidade nacional havia surgido nos primeiros séculos de colonização em meio a lutas pela defesa do território frente a franceses, ingleses e, sobretudo, holandeses. Segundo suas palavras, o Brasil foi à única colônia a;

[r]esistir com seus próprios recursos a invasores estrangeiros; foi a única a crescer por seus próprios meios; foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos (BOMFIM, 1997, p. 35).

Seu interesse é pensar o processo de caldeamento, não só de raças, mas também das tradições que formaram o Brasil colonial, apresentando os agentes sociais que teriam contribuído para a formação de uma identidade nacional, precoce e única em toda a América. As teses e argumentações apresentadas na obra dialogam com o contexto intelectual dos anos 1920 e é movido pelo interesse de pensar a questão nacional, fato que leva Maria Thétis Nunes (1997) a considerar Bomfim e a obra *O Brasil na América*, pioneiros de uma ideologia nacional que mergulha profundamente no passado colonial brasileiro e hispano-americano, pinçando similaridades e distinções do colonialismo e apontando marcas sociais, econômicas e políticas que permaneceram de forma estrutural nessas novas sociedades como heranças desse processo.

Para caracterizar a formação brasileira e apresentar os seus agentes históricos, Bomfim abranda a sua leitura crítica em relação ao colonialismo português, esforçando-se, ao longo da primeira parte da obra, para realçar os aspectos positivos da colonização portuguesa na América. Seu texto representa Portugal como a primeira nacionalidade moderna, com identidade nacional plenamente constituída antes mesmo da expansão marítima. Seu intuito é apresentar a conquista do Atlântico como um feito unicamente português, uma nação eminentemente marítima em oposição à Espanha, que teria se beneficiado das descobertas e feitos lusitanos. Para Bomfim; “Portugal dominou os

prefácio à 2ª edição de *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 25.



mares, e arrancou-lhes os últimos segredos, para dar à civilização a plena posse do planeta” (BOMFIM, 1997, p. 46).

Embora seja uma leitura distinta, essa não é uma novidade, pois Bomfim retoma uma analogia presente em *América Latina* quando analisa a passagem do “parasitismo heroico” para o “parasitismo sedentário”. Seu objetivo é postular a importância do protagonismo ibérico nos séculos XV e XVI como forma de justificar sua tese de que a primeira experiência de colonização do Brasil, caracterizada pelo esforço de implantação de um sistema de exploração agrícola, guarda as marcas desse período heroico da história portuguesa, cujos aspectos positivos teriam sido transferidos para cá pelo sistema das capitanias hereditárias.

Bomfim busca contrastar a experiência colonial lusitana da castelhana, entendendo a primeira como caracterizada pela formação de uma vida agrícola que obriga a fixação do homem a terra, criando vínculos identitários com o meio e obrigando um processo de ocupação e povoação regular para a extração de riquezas que não eram imediatas, em contraposição à segunda, que, pelo acesso direto a grandes riquezas por meio da dominação de astecas e incas, constituíram-se como “pioneiros da fortuna rápida” (BOMFIM, 1997, p. 85). A não existência de “riquezas fáceis” e a necessidade de efetivação do domínio português sobre suas terras na América culminaram no desenvolvimento do modelo das capitanias que, em determinados casos, foi uma experiência desastrosa, mas que, na perspectiva de Bomfim, não chegou a ser uma catástrofe total, pois desse modelo surgiram os dois núcleos de povoamento que foram essenciais para a formação da nacionalidade brasileira, que são Pernambuco e São Paulo.

Segundo essa interpretação, foi a partir do vínculo desses primeiros colonos com a terra que nasceu o “espírito de intransigente defesa do território, que se tornou tradição brasileira” (BOMFIM, 1997, p. 88), e que garantiu a posse das terras para Portugal influenciando diretamente sobre a história das outras nações europeias e também sobre as futuras nacionalidades latino-americanas, pois a defesa, ocupação e expansão das terras portuguesas previstas pelo tratado de Tordesilhas modelaram geopoliticamente a América.

Bomfim narra esse processo como um feito que atinge proporções históricas inigualáveis, apresentando um mito fundador para a nação brasileira, em que, ao mesmo



tempo que se constitui uma identidade nacional distinta em relação à antiga metrópole e também pioneira em relação às demais nacionalidades americanas, cria-se a imagem dessa nova tradição nacional como vigorosa e “nascida em berço esplêndido”. Isso porque sua apresentação ao mundo faz-se por meio de um exemplo de força e resistência que foi capaz de superar as nações mais poderosas da época (França, Inglaterra e Holanda).

Ao analisar essa obra, Terezinha Alves de Oliva (1998) busca demonstrar a existência de um forte viés geográfico no pensamento bomfiniano, visto que “ocupação, desbravamento, defesa, constituíram atos fundantes de uma pátria que se reconhece como tal à medida em que aprofunda e revela o conhecimento do seu espaço” (OLIVA, 1998, p. 83). Como pode ser percebido, Bomfim pensa o nacionalismo como a identificação do indivíduo com a terra, fator preponderante capaz de conduzir os indivíduos à solidariedade coletiva e à confiança da necessidade da liberdade e, posteriormente, da independência.

Esse esforço de releitura histórica é empreendido pela análise da obra de cronistas do período colonial, como Robert Southey (1774-1843) e Frei Vicente de Salvador (1564-1636), a quem o primeiro volume da trilogia é dedicado. Além do suporte dos autores supracitados, Bomfim faz uso de textos de cronistas franceses, como Jean de Lery (1536-1613) e André Trevet (1502-1590), e de vários documentos e textos publicados pela *Revista do IHGB*, inclusive de Von Martius. Todavia, a grande influência historiográfica que exerce uma função orientadora para o desenvolvimento das hipóteses de Bomfim é a obra de Capistrano de Abreu (1853-1927).

Em linhas gerais, *O Brasil na América* estrutura-se sobre um procedimento analítico de rever algumas das teses de Varnhagen sobre o período colonial, tendo como referência teórica a obra historiográfica de Capistrano de Abreu e, como suporte documental, a obra de Frei Vicente de Salvador, redescoberta e publicada por Capistrano. A obra tem interlocutores externos claros; por um lado, dialoga criticamente com a perspectiva historiográfica do IHGB e, por outro, com os defensores das teorias raciais, cujo expoente mais significativo no período era Oliveira Viana, no contexto brasileiro, e Garcia Calderón (1834-1905), José Ingenieros (1877-1925) e Carlos Octávio Bunge (1875-1918), no contexto latino-americano.



Para Bomfim, o indígena foi um fator fundamental para a construção do Brasil, perdendo em grau de importância apenas para o português, porque a este coube a direção de todo o processo. Em *América Latina*, o contato entre colonizadores e indígenas é descrito por Bomfim de forma profundamente antirromântica, como uma experiência caracterizada pela direção violenta e desumana por parte dos colonizadores. Já em *O Brasil na América* esse contato é apresentado de forma bastante idealizada, quase bucólica, visando realçar os aspectos positivos desse processo. O índio, presente especificamente nessa obra de Bomfim, conserva fortes traços do nativo idealizado pelo Romantismo brasileiro, como elemento portador da identidade nacional, tanto que, na caracterização dos indígenas, além dos já citados Robert Southey e Frei Vicente de Salvador, é patente a influência da interpretação produzida por Gonçalves Dias em relação aos autóctones⁵.

Em síntese, dessa primeira sociedade colonial descrita por Bomfim, saltam algumas características que configuram a essência desse primeiro Brasil idealizado pelo intelectual sergipano, em que o português “plástico, adaptável e assimilador, traquejado no contato com populações exóticas” (BOMFIM, 1997, p. 100), juntou-se francamente em sangue e costumes aos indígenas, fazendo da mistura de raças e tradições a essência da cultura brasileira em formação. Nas palavras de Bomfim, o português, associando-se aos índios, “explorou-os quanto pôde, maltratou-os algumas vezes, mas foi infinitamente mais humano do que qualquer dos outros colonizadores, inclusive os franceses” (BOMFIM, 1997, p. 108) Assim, na representação de Bomfim, o português seria o mais humano dos colonizadores por causa do seu caráter “plástico e assimilador”.

Nota-se que existe grande similaridade entre a idealização feita em relação ao cruzamento entre colonizadores e indígenas por Bomfim em 1925 e a idealização posteriormente tornada clássica por Gilberto Freyre (1933), que reproduz a mesma lógica de pensamento em outro espaço social e temporal, definido pelo encontro entre

⁵ Essa aproximação do pensamento de Bomfim com as teses do Romantismo brasileiro fica mais evidente na segunda obra da trilogia, mais especificamente no capítulo intitulado “O patriotismo brasileiro”, em que o autor irá destacar a importância dos poetas e escritores românticos como: Castro Alves (1847-1871), Fagundes Varela (1841-1875), Álvares de Azevedo (1831-1852), José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864), apresentados por Bomfim como os melhores representantes do país no mundo das letras. No último livro da série, Bomfim vai apresentar esses pensadores como os únicos representantes de um pensamento considerado por ele como genuinamente brasileiro.



colonos e negros, o eixo norteador de seu pensamento. Nos dois autores, a grande questão colocada é a compreensão positiva da miscigenação como característica inerente à formação brasileira, que deveria ser reconhecida e realçada como um elemento constituinte da identidade nacional. Ambos os autores, com destaque para o pioneirismo de Bomfim, pensam o sentido positivo dos cruzamentos raciais e culturais para a constituição de um modo de ser nacional.

Bomfim defende a ideia de que o colono português, por causa de seu caráter plástico e adaptável, reconheceu, logo de início, que seria indispensável amparar-se nos indígenas para tirar deles todo o auxílio possível para a conquista do território e concorria positivamente para isso a atitude despreziosa dos colonos portugueses, que não eram soberbos como os espanhóis, nem tinham as preocupações raciais como os saxônicos. Por isso “desde o primeiro momento, o colono traz para as suas carícias a índia, como, depois, traz a negra” (BOMFIM, 1997, p. 117), constituindo-se uma prole que se educa num entrelugar, entre dois mundos de tradições distintas, dando origem a uma tradição nova e vigorosa que, para Bomfim, já seria brasileira, autóctone, mestiça e vinculada à posse e à ocupação do território.

Bomfim criticou a adoção de um racismo sociológico e a defesa do branqueamento por parte de Viana como alternativa histórica para nação. Segundo Bomfim:

Um alemão, em critério de verdadeira ciência, Martius, contemplando a história do Brasil no valor das raças formadoras, não achou nenhuma razão para duvidar da nossa capacidade de progresso. No entanto, compreende-se que tais europeus, a poucos erguidos para a alta cultura, por orgulho, ou outros motivos mais baixos, falseiam os fatos, e violentam a lógica, remoendo conceito donde resulte a decantada superioridade do *dolicocefalismo louro*; mas dá para desnortear o ver-se o governo de uma nação absolutamente misturada em raças, levantar essa mesma teoria, e esperar de uma impossível depuração de sangue, a graduação dos destinos nacionais. Para a etnologia do Sr. Viana, são os negros os mais irremissivelmente inferiores (BOMFIM, 1997, p. 94).

Como podemos perceber na citação anterior, Bomfim entende a sociologia cientificista de Oliveira Viana como uma falsa ciência e tudo o que essa falsa ciência disse e continuava a dizer contra a massa brasileira – por ser produto de cruzamentos –



já vinha sendo desautorizado pela ciência da qual Bomfim busca fazer parte. Por isso ele entende a nação brasileira como produto de cruzamentos raciais e culturais num grau tão elevado e por tanto tempo que seria para ele uma insensatez qualquer defesa do branqueamento ou pureza racial; para o intelectual sergipano, propor isso seria negar a essência da formação brasileira, ignorando o Brasil real em detrimento de uma quimera racial de valor duvidoso, pois “no Brasil tradicional, efetivo e real, desde os seus primeiros anos até hoje, o povo, a realidade mesma da nação, é mistura” (BOMFIM, 1997, p. 183) não sendo possível identificar um perfil que fugisse dessa realidade; por isso, segundo ele, propor ideias de pureza ou arianismo era nada mais que um simples “arremedo de ciência”.

Seu texto analisa a questão da mestiçagem de uma forma que transcende a perspectiva de raça, sinalizando que o encontro entre tradições distintas era essencial para o desenvolvimento de novas sociedades, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de novos tipos sociais. Para Bomfim (1997), o brasileiro não era um português emigrado, pois o contato com a terra, as energias emocionais dispendidas nas lutas pela defesa do território, os constantes cruzamentos e o caldeamento de tradições formaram um novo sujeito histórico, que carregava consigo os aspectos positivos das tradições formadoras e, ao mesmo tempo, enunciava a gênese de uma nova tradição, que deveria ser entendida e defendida como a maior riqueza nacional.

Bomfim (1997) aponta que as teorias raciais que davam ênfase aos aspectos negativos da mestiçagem eram teorias colocadas a serviço da inferiorização do povo brasileiro, simples “preconceitos alçados à sociologia” e a pretensas políticas oficiais de governo. *O Brasil na América* é, pois, uma obra para contrapor-se a *Populações meridionais do Brasil* (1920), visando rebater as teses arianistas de Viana. Criticando a influência de Gustave Le Bon e Lapouge sobre os pensadores latino-americanos, Bomfim afirma:

Foi, sem dúvida, essa erudição que levou o etnólogo oficial a desbancar índios e negros. Ele está na fase de crença em *dolicocefalia* e *arianismo*, a ponto de supor que eram assim, louros e cumpridos de cabeça, os colonos que fizeram o Brasil: “um homem superior deve ser sempre grande, dolicocefalo e louro... Na obra do descobrimento são os dolicocefalos que tomam a dianteira...”. E, daí, sem maiores hesitações, esta o Sr. Viana a afirmar que todos esses fundadores de



grandes famílias, no Sul e no Norte, eram, se não puros, ao menos muito alourados e alongados de crânio (BOMFIM, 1997 p.193-194).

Rebatendo as ideias de Oliveira Viana, Bomfim pretendia afirmar positivamente as origens da sociedade brasileira como uma nação mestiça, visto que, segundo ele, a mestiçagem fora a tônica de nosso passado e permanecia sendo em seu presente. Por isso, para o autor, pretender que dessas origens possa sair outra coisa que não uma população amplamente mestiça é pretender o impossível. Ele coloca a mestiçagem entre portugueses e índios como um fator primordial para a conquista do território, visto que, em sua perspectiva, foi graças a ela que as novas populações puderam adaptar-se ao clima e ao território. Citando Robert Southey, Bomfim afirma que “índios, negros e brancos se irão fundindo gradualmente, num só povo, que terá por herança uma das mais formosas porções do globo” (BOMFIM, 1997 p. 195), sinalizando a possibilidade de um futuro glorioso para a nação que se formava da mescla das três raças formadoras.

Ao refletir sobre a importância dos cruzamentos entre as três raças na formação brasileira, Bomfim (1997) chama a atenção para a necessidade de reconhecer e aceitar a miscigenação como um aspecto fundamental para o entendimento da sociedade brasileira:

Conheçamo-nos, e chegaremos à convicção de que somos um povo *cruzado*, e que povos cruzados serão sempre aquilo em que se fizeram: expressão de misturas combinadas. Poderão unificar-se; não de unificar-se, em tipos definidos e estáveis. E esta certeza nos basta. Aceitemos o destino em que nos formamos; tenhamos a hombridade de ser o que somos, e façamos o dever em esforços, para que esse povo misturado venha a ser uma nação de civilização realmente humana, aproveitando todas as possibilidades de espírito e de coração, como as encontramos, na herança das raças donde viemos (BOMFIM, 1997 p. 195).

Da mesma forma, assim como havia feito em *América Latina*, Bomfim valoriza os cruzamentos e desqualifica o valor científico das teorias raciais postulando que o valor das raças era apenas valor de cultura: “há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menos aproveitamento das qualidades naturais, há direções e



perspectivas históricas, mas diferença essencial de valor psíquico, não” (BOMFIM, 1997 p. 196). Dessa forma, Bomfim posiciona-se criticamente em relação ao arianismo de Viana como um sofisma colocado a serviço da desvalorização e inferiorização do povo brasileiro.

De todos os ensaios históricos de Bomfim, *O Brasil na América* é possivelmente o menos comentado por seus intérpretes. Suas teses a respeito da formação da identidade brasileira como corolário das lutas de conquista e dos processos de ocupação do território ficam eclipsadas pelas suas críticas às teorias raciais, que são o eixo norteador de seus estudos históricos desde 1897. Contudo, uma questão sempre lembrada por seus intérpretes quando se debruçam sobre a respectiva obra é a pouca representatividade dada aos negros no processo de formação da sociedade brasileira, pois, em mais de cem páginas dedicadas ao estudo da importância dos cruzamentos na formação brasileira, apenas sete são dedicadas ao estudo sistemático da importância e das contribuições dos negros para a cultura nacional.

Na obra *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim*, José Carlos Reis (2006) refere-se ao projeto intelectual de Bomfim como “um otimismo revolucionário ingênuo” (REIS, 2006, p. 183) e de forma apressada, critica essa interpretação de Bomfim como sendo resquícios de uma tendência racista que teria se manifestado no texto do autor. Efetivamente, não compartilho dessa interpretação, pois a ênfase do texto é pensar o momento mítico de fundação nacional. Como Bomfim representa de forma bastante idealizada esse momento de fundação mítica da nação, no contato entre os primeiros colonizadores e os indígenas nos séculos XVI e XVII, o negro não estava presente nesse primeiro impulso de formação nacional, mas a sua contribuição é incorporada por meio da miscigenação, oferecendo uma importância renovadora para a tradição que estava se formando.

REFERENCIAS

ADORNO, T. W. *O ensaio como forma*. São Paulo: Editora 34, 2003.

AGUIAR, R. C. *O rebelde esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.



BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997.

BOMFIM, M. *Brasil nação: realidade da soberania nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana interpreta o Brasil*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BUENO, T. M. B. *Alberto Torres, Manoel Bomfim e a questão nacional*. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem. A elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

COSTA, J. C. de C. *Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno: uma análise hermenêutica dos ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928*. Recife, 2003. 311f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

_____. Nação, Estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. *Cronos*, Natal-RN, V. 9, n. 2, p. 417-438, jul/dez, 2008.

FILHO, A. A. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES, Â. de C. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001.

JANCSÓ, I. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.



JUNIOR, V. D. S. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. 2013. 274f Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

ODALIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil II: de Calmon a Bomfim*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARZ, M. L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, A. A. *Autoritarismo ou revolução: identidade nacional brasileira e democracia nas interpretações históricas de Oliveira Viana e Manoel Bomfim*. 2009. 209f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANA, O. *Populações meridionais do Brasil*. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

WEHLING, A. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.